

**ESTUDOS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO IMPORTANTE
ALAVANCA EM PROL DA ATUAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR
DO CONCEITO DE DISSONÂNCIA AFETIVA**

Resumo

O objetivo do presente estudo é compreender de que forma os estudos de gênero e as epistemologias feministas no ambiente acadêmico podem ser importantes alavancas para a ocorrência da dissonância afetiva ocasionando, potencialmente, a solidariedade afetiva, importante para o despertar de uma atuação política em prol da justiça social, conforme proposto pela teórica inglesa Clare Hemmings. Partindo da compreensão da incorporação histórica do conceito de gênero nos estudos acadêmicos concluímos que com a inclusão de disciplinas voltadas a esse campo de estudo, é possível que os estudantes passem por uma experiência de dissonância afetiva e mais do que se conformarem com a realidade, através do diálogo entre epistemologia e ontologia, encontrem nesse ambiente um território propício para o desenvolvimento da solidariedade afetiva.

Palavras-chave: Dissonância afetiva – Educação – Gênero – Atuação política

**GENDER STUDIES AS AN IMPORTANT TOOL FOR POLITICAL ACTION:
AN ANALYSIS FROM DE CONCEPT OF AFFECTIVE DISSONANCE**

Abstract

The objective of the present study is to understand how gender studies and feminist epistemologies in the academic environment can be important levers for the occurrence of affective dissonance, potentially causing affective solidarity, important for the awakening of political action in favor of social justice, as proposed by the English

theorist Clare Hemmings. Starting from the understanding of the historical incorporation of gender in academic studies, we conclude that with the inclusion of disciplines focused on this field of study, it is possible for students to go through an experience of affective dissonance and more than conform to reality, through the dialogue between epistemology and ontology, find in this environment a favorable territory for the development of affective solidarity.

Keywords: Affective dissonance – Education – Gender – Political action

Introdução

A incorporação da perspectiva de gênero na pesquisa acadêmica se deu de forma gradual como um importante vetor para a transformação social. Isso porque, a partir dessa concepção, começou-se o questionamento de uma suposta racionalidade universal, masculina, branca e heterossexual apreendida como verdade absoluta, passando-se à possibilidade da realização de estudos acerca de temas e indivíduos antes invisibilizados nesse ambiente. A academia é palco tanto para a mudança no meio externo/exógeno (tal como se deu na pesquisa de pautas antes relegadas unicamente ao universo feminino/doméstico), como para a mudança interna dos indivíduos que frequentam esse ambiente, passando a atuar em prol da mudança social.

Apesar das universidades contarem com diversos entraves à sua efetivação plena, a nível nacional e internacional, como o acesso precário de pessoas racializadas e em situação de vulnerabilidade econômica e social ao ensino superior, a educação com perspectiva de gênero é fundamental para trabalhar a identidade dos sujeitos. Isso porque, segundo a teoria proposta por Hemmings (2012), a universidade seria o ambiente propício à dissonância afetiva (*affective dissonance*) que quando bem direcionada a partir da teoria feminista, poderia alavancar os sujeitos em prol da mudança política e impulsionar a solidariedade afetiva (*affective solidarity*).

Segundo Hemmings (2012), para que a teoria feminista tenha verdadeiro impacto no indivíduo que a estuda e que a partir desse impacto (ou afeto), passe a atuar

em prol da mudança, é preciso que exista um conflito entre a forma como se enxerga e como o mundo o percebe. Essa dissonância entre percepções gera uma afetação que é traduzida em uma gama de sentimentos, tais como raiva, indignação ou até tristeza. Esses afetos, quando bem direcionados, podem gerar solidariedade afetiva, como sugere a autora.

Diante disso, no presente estudo, temos como objetivo compreender de que forma os estudos de gênero e as epistemologias feministas dentro do ambiente acadêmico podem ser importantes alavancas no campo ontológico, e não apenas na epistemologia, em prol da mudança social e política a partir do conceito de dissonância afetiva¹ tal como proposto pela teórica inglesa Clare Hemmings (2012).

Para isso, através do método de abordagem hipotético dedutivo e o método de procedimento monográfico, utilizando-nos de pesquisa bibliográfica, o trabalho foi organizado da forma como segue. Primeiro, buscamos elucidar como se deu a incorporação dos estudos de gênero na pesquisa científica, partindo de teóricas internacionais até o modelo brasileiro. Para isso, foram analisadas obras publicadas a partir da década de 1950, na qual a perspectiva das mulheres, ainda que de um grupo muito reduzido de mulheres, passou a ser levantada por algumas acadêmicas e pesquisadoras. Buscamos elucidar aqui o desenvolvimento dos estudos com perspectiva de gênero, bem como a relevância de se utilizar esse marcador nas pesquisas acadêmicas.

Depois, analisamos o conceito de dissonância afetiva de Hemmings (2012) e sua diferenciação da concepção de empatia, demonstrando que o conceito prescinde da mesma para ser efetivo. Então buscamos compreender de que forma os estudos de gênero no ensino superior contribuem para que aconteça dita dissonância entre

¹ A autora trabalha esse conceito a partir da concepção de “*affect theory*”, que traduzindo de forma literal para a língua portuguesa seria “teoria afetiva”, mas a tradução que nos parece ser mais coerente como a teoria em si, seria “teoria da afetação”, pois mais do que afetos no sentido emocional, a mesma trata, resumidamente, de como as interações entre os sujeitos geram diferentes “afetações”, as quais estão condicionadas a variáveis históricas, raciais, geográficas e sociais.

estudantes e que estes possam atuar em prol de uma mudança social. Assim, buscamos compreender importância da aplicação desse conceito ainda pouco utilizado na teoria feminista brasileira para a mudança social através do ensino de disciplinas de gênero ou que possuam perspectiva de gênero no ensino superior.

Concluimos com o presente trabalho que através da incorporação de uma perspectiva de gênero no ensino superior e com a inclusão de disciplinas voltadas a esse campo de estudo, é possível que os estudantes passem por uma experiência de dissonância afetiva, verificando uma diferença na forma como se percebiam até o momento e como a sociedade os percebe. A partir disso, ao encontrar um ambiente propício ao questionamento, mais do que uma maneira de se conformarem com a realidade, é possível o desenvolvimento da solidariedade afetiva permitindo que passem da teoria à prática e atuação política em prol da justiça social.

A Condição Feminina e a Incorporação da Concepção de Gênero na Pesquisa Científica

Na obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo” publicada originalmente em 1949, a autora afirma em seu segundo volume que a “condição da mulher” permaneceu a mesma desde a Grécia antiga até a contemporaneidade.² Essa condição, segundo a autora, pode ser definida como “caráter”: a mulher é traçada pela sociedade como um indivíduo sem moral, pouco utilitária e interesseira. O fato comum que une esses adjetivos não são os hormônios femininos (o sexo biológico), na verdade, é a situação da mulher na sociedade quer seja econômica, social ou histórica.

² Ressaltamos que essa é uma perspectiva eurocentrada acerca do início da produção do conhecimento e da invenção da humanidade como conhecemos hoje. Embora exista uma perspectiva descolonial de estudos que critica essa narrativa de que a produção do conhecimento teria se dado a partir da Grécia Antiga, para este trabalho optamos por adotar uma narrativa pontuada pelas obras das principais intelectuais reconhecidas como fundadoras do movimento das mulheres feministas no Ocidente, a partir do século XX, tendo em vista que a teoria que analisaremos no segundo capítulo conversa com esse referencial teórico.

Assim, Beauvoir dedicou um capítulo inteiro aos dados da biologia, na tentativa de demonstrar que estes não bastariam para definir uma hierarquia entre homens e mulheres:

[...] não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere. Se o respeito ou medo que inspiram a mulher impedem o emprego de violência contra ela, a superioridade muscular do homem não é fonte de poder. [...]. É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir (BEAUVOIR, 2016, p. 64-65)

Embora a obra de Beauvoir tenha sido originalmente publicada em 1949, com a ideia central de que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher” (2016, p.11), ao final dos anos sessenta ainda persistia a noção de que as diferenças entre homens e mulheres eram essencialmente centradas em aspectos biológicos, tanto que o termo utilizado para se tratar das diferenças era “sexo”, que colaborava para a noção de imutabilidade (NICHOLSON, 2000, p. 19).



Figura 1: Simone de Beauvoir

Nesse mesmo sentido, ao reportar-se aos dados da biologia que colocavam as mulheres em posição hierárquica inferior aos homens, Beauvoir (2016) destaca o quanto a naturalização da maternidade relegou as mulheres em segundo lugar, ou ao menos

subestimou o valor de seu trabalho. Mesmo nos períodos em que a maternidade fora mais valorizada, como em períodos em que era necessário um maior número de nascimentos para preencher a mão de obra, isso não permitiu a sua ascensão social.

A partir de Beauvoir, chegou-se à compreensão de uma “condição feminina” um fator comum que existiria em todas as mulheres, uma identidade comum baseada no fato de terem nascido com o sexo biológico feminino, independente de classe, raça, etnia ou geração (VEIGA; PEDRO, 2019). Essa condição, ainda que não fosse atrelada diretamente ao nascimento (sexo biológico feminino) era ao fato de ser mulher, ou como explicava Beauvoir (2016) tornar-se mulher.

A autora estadunidense Betty Friedan em seu livro “A mística feminina” publicado em 1963, discute, a crise da identidade feminina, e a falta de autonomia na sociedade, dentro do que ficou conhecido como segunda onda feminista. Discussões que utilizavam esse termo foram levantadas pela mídia da década de 1970 e 1980, mas nem Beauvoir, nem Friedan consideraram as mulheres como grupo heterogêneo, utilizando a mulher branca, ocidental e heterossexual como sujeito universal, desconsiderando os atravessamentos de raça e classe, entre outros marcadores sociais.

Nesse sentido, bell hooks (2022) contrapõe as ideias expostas na obra de Friedan, por tratarem dessa suposta universalidade do gênero feminino, quando na verdade, trata de um grupo muito específico (e reduzido) de mulheres: brancas, de classe média e do Norte global, ignorando a perspectiva das mulheres negras e trabalhadoras por completo. Ela explica que o ativismo de sufragistas e abolicionistas brancas e ricas excluía mulheres negras e pobres.



Figura 2: bell hooks

No Brasil³, essas reflexões referentes à “condição feminina” foram levantadas a partir da Década da Mulher que correspondeu aos anos de 1975 até 1985, a Organização das Nações Unidas determinou o ano de 1975 como “Ano Internacional da Mulher”. (VEIGA; PEDRO, 2019). Diversos foram os livros e artigos publicados nesse período no Brasil, entre os quais destacamos a Revista Brasileira de História, que em 1989 publicou uma edição temática sobre a mulher, chamada “A mulher no espaço público”, a qual tratava da perspectiva das mulheres e de sua exclusão em uma história dominada por homens.

Nesse período, ainda não se utilizava gênero como categoria de análise, o foco era o “sujeito feminino” e não as relações sociais decorrentes das relações de gênero (SOIHET; PEDRO, 2007). Antes de adentrarmos na institucionalização do estudo com perspectiva de gênero nas pesquisas brasileiras, analisemos o modelo estadunidense.

Nos Estados Unidos, os estudos feministas tiveram início nas ruas, com os protestos ocorridos nas universidades norte-americanas juntamente aos estudos raciais, ao longo da década de 1960 de cunho político e com propostas de mudanças radicais (HEILBORN; SORJ, 1999). Somente depois disso, a corrente feminista adentrou a academia.

No campo acadêmico, as feministas encontravam um empasse quando traziam o termo “mulher” como objeto de estudo. Ao utilizar a expressão “estudo das mulheres”, automaticamente a pesquisa era considerada parcial, como se dissesse respeito somente aos aspectos privados da casa, das crianças e da família, áreas que não

³ Diversas autoras brasileiras escreveram sobre essa perspectiva no país, tratando de temas como aborto, trabalho e feminismo, alguns livros que destacamos são: “Mulheres da colônia, condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil” de Leila Mezan Algranti (1993); “Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia” de Mary Del Priore (1993) e “A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros” de Nanci Valadares Carvalho (1988).

eram consideradas relevantes à história, por não tratarem de guerras, diplomacia e política. Diante disso, o estudo da “história das mulheres” seria irrelevante para os historiadores (SOIHET; PEDRO, 2007).

A história, porém, é contada por alguém, e se não são as mulheres, os historiadores eram os homens, os quais pareciam desfrutar de uma certa imunidade, como se pertencessem a nenhum dos sexos (FILHO, 2005). Dessa forma, temos como resultado uma visão funcionalista e bilateral que perpetua ideias de esferas separadas para a história: ou se fala de sexualidade, ou se fala de política, estudamos as relações familiares ou a nação, as mulheres ou os homens (SOIHET; PEDRO, 2007).

Diante dessas ideias, a historiadora estadunidense Joan Scott (1995) explana a compreensão histórica das relações de poder, demonstrando como as relações entre os “sexos” foram desenvolvidas ao longo do tempo e do espaço. Ela conceitua “gênero” enquanto “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e também como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Trata-se de verificar quais significantes são atribuídas às diferenças sexuais entre homens e mulheres⁴, ressaltando que essas diferenças não são fixas ou naturais, o estudo de gênero permitiria acessar os significados dados para as diferenças físicas, corporais.

Gênero, enquanto categoria útil à análise histórica, permitiu a compreensão de que quando se estuda mulheres também se estuda homens, rejeitando a ideia de esferas separadas, de estudos isolados e de explicações estritamente biológicas que apenas

⁴ Nesse momento, Scott baseia sua teoria sobre a diferença sexual entre homens cisgênero e mulheres cisgênero, ela não chega a realizar estudos que contemplem as pessoas transexuais e não conformantes e não tratava da teoria *queer*, diferentemente da teoria de Hemmings (2012). Cabe ressaltar aqui que existem diversos referenciais teóricos a respeito da pesquisa e reflexão sobre gênero que não são propriamente centrados nas mulheres cisgênero, como explicam Soihet e Pedro (2007), existem os estudos sobre masculinidade e os estudos *queer*, para os quais as obras de autoras como Judith Butler (“*Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*” publicada em 2003) e Tania Navarro-Swain (“*A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário?*” publicada em 2000) são altamente indicadas.

acentuam diferenças. Na verdade, o foco do estudo eram as relações de poder entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens⁵.

Ao trazer a expressão “gênero” ao discurso, deixava-se claro que quando se fala de mulher simultaneamente também se está falando de homens, e que o estudo das relações transversalizadas pelos papéis atribuídos aos gêneros perpassa muito mais do que apenas as funções desempenhadas pelas mulheres, mas todas as relações sociais existentes.

No Brasil, os estudos feministas na academia ocorreram de modo distinto, tendo em vista que o movimento feminista brasileiro não teve inspiração radical, como era o caso da América do Norte e Europa. Diante de um cenário complexo e extremamente desigual, o feminismo brasileiro teve uma orientação moderada no confronto entre os sexos, como explica Heilbron e Sorj (1999) e tiveram raiz muito mais acadêmica, entre mulheres que estavam no ensino superior do que nas ruas.

As acadêmicas, por sua maior exposição a ideias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades. (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 3)

A denominação mais comumente utilizada academicamente no Brasil na década de 1970 era “estudos sobre mulher”, passando-se a utilizar a expressão “gênero” como categoria analítica, com o intuito de preencher lacunas no conhecimento da situação das mulheres em diversas áreas, denunciando a exploração e opressão sofrida por elas na sociedade da época (HEILBORN; SORJ, 1999).

A partir daí os homens também foram gradativamente incluídos como categoria de análise, passando-se a focar mais na estrutura social e como o gênero afeta o conhecimento produzido pela academia. Como expõem Soihet e Pedro (2007, p. 96): “Estamos, assim, preparadas para fazer frente àqueles que, na academia, ainda não nos

⁵ As relações entre homens é objeto de análise do estudo das “masculinidades”.

reconhecem como parceiras plenas, tentando relegar-nos a posições periféricas em face do caráter ‘secundário’ de nossas preocupações”.

Questionamentos provocados por muitas mulheres ao longo dos anos, seja dentro ou fora do ambiente acadêmico foram importantes para uma mudança gradual da sociedade. Para Åhäll (2018), uma acadêmica interessada em mudar o *status quo* da política global se beneficiaria de uma metodologia feminista a partir do discurso de uma teoria do afeto (ou da afetação) que forneça ferramentas para pensar além do que já é conhecido e assumido, aquilo que “é dito sem precisar dizer”.

A forma como as mulheres foram afetadas pelas estruturas patriarcais e racistas que as cercavam foi capaz de gerar uma série de questionamentos acerca do funcionamento tanto da pesquisa acadêmica como do mundo que as cercava. Essa afetação pode ser capturada a partir da concepção de uma dissonância afetiva, como proposta por Hemmings (2012) que permitiu o questionamento de estruturas e práticas que até o momento aconteciam como algo natural e inquestionável, cristalizadas no imaginário social. Diante disso, a proposta desse trabalho é identificar de que forma a dissonância afetiva tal como proposta por Hemmings pode ser uma ferramenta importante para impulsionar movimentos políticos voltados à transformação social e como os estudos de gênero na academia são essenciais para essa dissonância ocorrer em primeiro lugar.

Dissonância Afetiva e atuação política

Clare Hemmings (2012), elaborou a teoria conhecida como solidariedade afetiva (*affective solidarity*) pela qual procurou unir epistemologia e ontologia a partir de uma reflexividade feminista (*feminist reflexivity*), baseada nas afetações que os indivíduos podem sofrer em seu cotidiano. Em outras palavras, Hemmings (2012) procurou lançar luz sobre as desigualdades estruturais enfrentadas pelos indivíduos

sugerindo que o desenvolvimento desta teoria não estava baseado apenas na experiência de um único indivíduo ou em teorias identitárias. Em vez disso, ela sugeriu que a dissonância afetiva poderia ser o catalisador da mudança, emergido a partir da diferença entre a forma como esse indivíduo se percebe e como a sociedade o vê, do distanciamento entre a auto-narração e a realidade social em que o sujeito está inserido.

A autora entende que a relação entre ontologia e epistemologia poderia ser entendida como uma conexão que potencialmente criaria essa dissonância. Nesse sentido, Hemmings (2012) desenvolve o conceito de solidariedade afetiva, como forma de se afastar do método enraizado de compreensão das relações baseadas na identidade para compreendê-las com base na dissonância afetiva.



Figura 3: Clare Hemmings no seminário da universidade London School of Economics, onde leciona atualmente.

A autora reconhece a dimensão subjetiva nas teorias políticas feministas, e propõe uma teoria que começa a partir da solidariedade afetiva, que abarca uma gama de afetos variados (raiva, frustração e desejo de conexão), como necessárias para uma teoria política feminista voltada à transformação. Porém, diferentemente de outras teorias, esta não se baseia na identidade do grupo ou em categorias identitárias, a solidariedade afetiva foca nas formas de engajamento que partem da dissonância afetiva, a qual, segundo ela, é a raiz de todas as teorias políticas feministas (HEMMINGS, 2012).

Esta concepção tem forte inspiração no que foi teorizado por Probyn (1993), a respeito da necessidade de uma reflexão entre o desencaixe entre nossa compreensão de quem somos e dos julgamentos do mundo acerca de quem devemos ser e como nos comportar, chamada de reflexividade feminista (*feminist reflexivity*). Essa negociação da diferença por meio da reflexão pode ser uma importante alavanca para movimentar o sujeito em favor da mudança que ele deseja ver⁶.

Nesse contexto, Grosz (2005) dialoga com Hemmings (2012) ao desenvolver uma política do afeto voltada para a experiência corpórea. O diálogo entre epistemologia e ontologia, entre o discurso/teoria e a realidade experimentada, quando bem direcionados através de teorias do afeto, como a solidariedade, permite que analisemos as sensações experimentadas pelo corpo sem desconsiderar os discursos que estão por trás desses afetos, a estrutura social que nos cerca e quão diferente podem ser esses dois campos do conhecimento. O espaço produzido entre ambos pode ser o motor para a mudança: ao nos conectarmos às nossas experiências pessoais e perceber quais sentimentos podem acompanhar essas experiências, contrapondo-os ao discurso que procura simplesmente justificar essa realidade, acordamos para a atuação feminista.

Consideramos que estamos falando de afeto, seria possível, diante disso, usar a empatia como estratégia para se opor à opressão estrutural, unindo diversas mulheres através de seus afetos/afetações? Pedwell e Whitehead (2012) perpassam os argumentos de diversas teóricas feministas que já trataram do tema e vão ao encontro de Hemmings (2005; 2011; 2012) no que diz respeito às críticas formuladas à utilização desse conceito.

Segundo Pedwell e Whitehead, muitas feministas consideravam as experiências pessoais mais relevantes do que as condições estruturais que as rodeavam e a epistemologia do conhecimento que poderia ser utilizada para apreender esta realidade. As autoras concordam com Hemmings (2012) quanto à dificuldade de empatia como forma primária de uma teoria feminista do afeto, uma vez que esse

sentimento coloca o outro em uma posição de inferioridade, como alguém que se beneficiaria com a benevolência do empatizante.

Elas também consideram que nem sempre a empatia é um sentimento positivo, pois às vezes o sujeito empatizado pode ser associado com a violência ou considerado inferior em razão da sua raça, etnia, capacidade ou classe social, de modo que o empatizante, automaticamente se coloca em posição de superioridade, oposto ao sentido principal da empatia, que é a noção de posição de igualdade com o outro. Além disso, a expectativa de reciprocidade na empatia corre o risco de universalizar os sujeitos, ignorando o contexto em que estão inseridos.

A última crítica a utilização da empatia como meio de conceber uma solidariedade afetiva, é o fato da mesma ser considerada um adjetivo inerente ao gênero feminino, atrelado a características como cuidado e amorosidade (HEMMINGS, 2012). Deve-se tomar cuidado para não naturalizar a mulher como esse sujeito dócil e afetuoso por natureza, pois decorrente desta compreensão, advém diversas opressões a que mulheres foram submetidas ao longo da história, como a noção de maternidade compulsória e o trabalho reprodutivo não remunerado desempenhado por muitas, conforme é bem elucidado por Federici (2019).

A tendência de atrelar a figura feminina à emoção como inerente ao gênero, e considerar as mulheres como seres empáticos por natureza é equivocada e não fornece bases sólidas à formulação de uma teoria epistemológica e ontológica feminista que considere o entrelaçamento mútuo entre as relações de poder na sociedade e a forma como estas são apreendidas pelo indivíduo (Hemmings, 2012, p. 147). Considerando que é a partir da diferença e não da semelhança que Hemmings baseia sua teoria, ela considera os contornos atuais da empatia como inadequados para a construção de uma solidariedade afetiva.

Teóricas feministas há muito tempo se preocupam com as relações entre afeto, conhecimento e poder, e argumentam que o binário razão/emoção tem funcionado para excluir as mulheres da produção de conhecimento “legítimo”, conforme exposto no

primeiro capítulo, relegando a categoria mulher a uma posição de inferioridade. Diante disso, considerando que a autora já rejeitou a presunção da empatia como forma de criar solidariedade entre si, como utilizar o afeto ou a afetação para transformar a dissonância afetiva em solidariedade afetiva?

Para responder a essa questão, podemos trazer ao debate Pedwell e Whitehead (2012) novamente, pois consideram como conectar as teorias feministas com as teorias do afeto, tecendo críticas e considerações a respeito de cada uma delas. As autoras se perguntam se seria interessante unir as teorias do afeto às teorias feministas sem desconsiderar a construção passada dos estudos feministas e ao mesmo tempo estarem abertas a novas possibilidades e teorias.

Pedwell e Whitehead (2012) nos convocam a pensar formas de incorporar o afeto às teorias feministas sem desconsiderar o passado, que já foi construído, mas adotando novas formas de pensar as relações e os afetos. Esse argumento vai ao encontro de Wiegman (2016) no que se refere à necessidade de olhar para o passado e não desconsiderá-lo como um campo importante a ser analisado quando se tenta mudar o presente e o futuro dos estudos sobre mulheres.

No trabalho de Wiegman (2016) também é possível perceber a necessidade de elaboração de uma negociação eficaz entre ontologia/política de ação e epistemologia/desenvolvimento de conhecimento a ser aplicado às questões relativas ao movimento feminista. Wiegman argumenta que embora algumas feministas discordem da forma como a academia tem lidado com questões relativas aos estudos de gênero, acusando as universidades de gerarem conhecimento que se retroalimenta e não serve como alavanca política para as mudanças sociais necessárias, o conhecimento produzido por acadêmicas feministas é indispensável à luta política feminista.

Por exemplo, para Wiegman (2016, p. 89) a mudança do nome da disciplina de “Estudos Feministas” ou “Estudos das Mulheres” para a disciplina de “Gênero, Sexualidade e Estudos da Mulher” na universidade em que lecionava não é uma mera discussão epistemológica e não está desconectada da ação política. Pelo contrário, ela

defende que esta mudança vai ao encontro das complexidades que o feminismo exige, na forma de produzir e atuar no campo enquanto categoria política.

O uso da categoria “mulher” pode ser excludente na medida em que universaliza os indivíduos, e pode ser ofensivo e violento para as pessoas que não se enquadram em categorias pré-concebidas de gênero, como pessoas transexuais e não-binárias, por exemplo. Esta discussão, que para muitos seria meramente epistemológica, fornece um substrato para a luta feminista e política de gênero de forma mais ampla e inclusiva (WIEGMAN, 2016).

As autoras também destacam a importância de considerar as intersecções entre raça, classe, etnia e outros marcadores sociais, no sentido de que estes moldam a forma como o outro é afetado e a construção social por trás dessas categorias. Esta intersecção é especialmente proeminente na discussão de Wiegman (2016) sobre o ambiente afetivo do feminismo acadêmico e a sua negligência para com a interseccionalidade.

Os sentimentos invocados nas interações afetivas dependem do contexto em que tais indivíduos foram construídos, o que vai ao encontro do que propôs Ahmed (2004), pois esses sentimentos podem ser explicados pela forma como as estruturas sociais nos afetam. Ao ser acometido por um sujeito racializado, um sujeito não racializado terá sentimentos que não serão determinados apenas por aquele momento de contato, mas pelas experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida, por meio da mídia televisiva, da família, dos livros, da universidade, etc. E esse ponto é crucial na perspectiva de Wiegman (2016) no sentido de que a universidade pode moldar e remodelar a forma como os indivíduos são afetados.

A importância dos estudos de gênero e dos estudos sobre mulheres na academia não só fornece os fundamentos epistemológicos básicos para a política feminista, mas também afeta diretamente a forma como a solidariedade afetiva pode emergir da dissonância afetiva, embora para Wiegman o feminismo acadêmico careça de solidariedade afetiva, levando a críticas e desilusão em muitos casos.

Uma razão para isso é que a exposição a disciplinas relacionadas com o gênero pode desafiar os indivíduos a sair dos seus “confortos normalizadores” de acordo com Rodó-Zárate (2022, p. 3) e a confrontar o “desconforto ético” relacionado com a desigualdade sistêmica experimentada por eles próprios ou aqueles ao seu redor. Este despertar pode levar ao reconhecimento da necessidade de ação política e mudança.

Dessa forma, notamos que na perspectiva de Hemmings, o afeto ou a afetação são o que sustentam a teoria feminista e permitem que a mudança ocorra na sociedade. É através do afeto e da lacuna causada pela dissonância afetiva que a política pode ser caracterizada “mais como aquilo que nos move do que como aquilo que confirma o que já sabemos” (HEMMINGS, 2012, p. 151).

Ao explorar a teoria feminista, é crucial examinar o significado da ontologia e da epistemologia. Focar simplesmente nas estruturas de poder e na realidade como os únicos fatores definidores do papel de um indivíduo na sociedade ignora a importância de considerar o discurso em torno da sua ontologia e história pessoal como fatores influentes. Não levar em conta esses fatores pode resultar em uma teoria falha e ineficaz. Da mesma forma, examinar apenas o discurso sem reconhecer as desigualdades estruturais que impactam o sujeito também pode levar a ferramentas inadequadas para a atuação política feminista.

Assim, apesar da autora admitir que o resultado esperado da dissonância afetiva nem sempre gere a solidariedade que esperamos, a depender do ambiente em que esta dissonância ocorre, começar pelo ambiente acadêmico como um lugar propício ao surgimento de uma reflexividade feminista parece-nos uma boa forma de aplicar a teoria concebida por Hemmings. A dissonância afetiva dessa forma é uma ferramenta interessante que elucida a importância dos estudos de gênero nas universidades, cujo potencial de propiciar a solidariedade afetiva em prol da justiça social não deve ser ignorado.

Conclusão

Com a incorporação dos estudos de gênero no ambiente acadêmico as mulheres começaram a galgar maiores espaços na sociedade, o que possibilitou a difusão do movimento feminista através de produções científicas, alcançando uma maior gama de mulheres ao redor do mundo. Reconheceu-se no decorrer do trabalho que nem todas as mulheres estavam englobadas nessa categoria, com a exclusão de mulheres racializadas e pobres, situação que ainda é refletida no chamado feminismo acadêmico, julgado por muitas como branco e excludente.



Figura 4: Estudantes a favor da entrada de mulheres na universidade em 1972.

Dessa forma, ao longo do estudo procuramos compreender de que forma o ambiente acadêmico pode se construir e reconstruir como um território fértil para a atuação política em prol da justiça social através da incorporação de disciplinas com perspectiva de gênero no ensino superior.

Nossa proposta foi que com a aplicação da solidariedade afetiva, teoria desenvolvida por Clare Hemmings, passemos a compreender o ambiente acadêmico e as relações interpessoais de forma mais ampla, reconhecendo a influência dos afetos e emoções sem prendermo-nos a categorias identitárias baseadas na unidade do grupo. Pelo contrário através da dissonância afetiva é que a solidariedade poderia surgir, é através da diferença e não da igualdade que Hemmings baseia sua teoria.

Dessa forma, concluímos que a dissonância afetiva é essencial em qualquer teoria política feminista, pois surge a partir do desencaixe, da indignação e da falta de conforto com a realidade vivida. A forma que os significados serão atribuídos à essa dissonância depende de diversos fatores relacionados ao modo como o indivíduo apreende o mundo. Nesse contexto, a universidade é um território importante na construção, desconstrução e reconstrução desses significados. A solidariedade afetiva é interessante na medida em que leva em consideração variáveis atreladas tanto à epistemologia como à ontologia e busca promover uma conversa efetiva entre ambos em prol da atuação política e da mudança social.

Fontes das imagens

1. Figura 1 – Foto de Simone de Beauvoir. Imagem retirada da internet. Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/visibilizar-as-vozes-femininas-da-historia>. Acesso em: 26/09/2023.
2. Figura 2 – Foto de bell hooks. Imagem retirada da internet. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/10/colecao-folha-traz-livro-de-bell-hooks-que-dialoga-com-pensamento-de-paulo-freire.shtml>. Acesso em: 26/09/2023.
3. Figura 3: Foto de Clare Hemmings no seminário da universidade London School of Economics, onde leciona atualmente. Imagem retirada da internet. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/gender/2018/08/09/taking-feminist-ambivalence-into-account-a-review-of-considering-emma-goldman/>. Acesso em: 26/09/2023.
4. Figura 4: Foto de estudantes na Universidade de Harvard a favor da entrada de mulheres na universidade em 1972. Imagem retirada da internet. Disponível em: <https://www.bestcolleges.com/news/analysis/2021/03/21/history-women-higher-education/>. Acesso em: 26/09/2023.

Referências bibliográficas

AHMED, Sara. *Collective Feelings: Or, The Impressions Left by Others*. Londres: *Theory, Culture & Society*. SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi, vol. 21, n. 2, p. 25–42, 2004.

ÅHÄLL, Linda. Affect as Methodology: Feminism and the Politics of Emotion. *International Political Sociology*, vol. 12, n. 1, p. 36-52, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, vol. 24, 127-152, 2005.

GROSZ, Elizabeth. *The Nick of Time: Politics, Evolution, and the Untimely*. Durham: Duke University Press, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999

HEMMINGS, Clare. Affective Solidarity: Feminist Reflexivity and Political Transformation. *Feminist Theory*, vol. 13, n. 2, p. 147–161, 2012.

HEMMINGS, Clare. Invoking Affect. *Cultural Studies*, vol. 19, n. 5, p. 548–567, 2005.

HEMMINGS, Clare. *Why Stories Matter: The Political Grammar of Feminist Theory*. London: Duke University Press, 2011.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Bhuví Libanio. 19ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. Tradução de L. F. Soares e revisão de C. L. Costa. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PEDWELL, Carolyn; WHITEHEAD, Anne. Affecting feminism: Questions of feeling in feminist theory. *Feminist Theory*, vol.13, n. 2, p. 115–129, 2012.

PROBYN, Elspeth. *Sexing the Self: Gendered Positions in Cultural Studies*. London: Routledge, 1993.

RODÓ-ZÁRATE, Maria. Intersectionality and the Spatiality of Emotions in Feminist Research. *The Professional Geographer*, vol. 5, n. 4, p. 676–681, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade* (UFRGS), Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul-dez., 1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

VEIGA, Ana Maria, PEDRO, Joana Maria. Condição Feminina. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário Crítico de Gênero*. 2ª ed. Dourados: Editora da UFGD, 2019.

WIEGMAN, Robyn. No Guarantee: Feminism's Academic Affect and Political Fantasy. *Atlantis*. Vol, 37, n. 2, p. 83-95, 2016.